

As ideias neoliberais: do surgimento à hegemonia (1938-1974)^a

Neoliberal ideas: from emergence to hegemony (1938-1974)

Leandro Torelli^b 

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Econômica (USP), São Paulo (SP), Brasil

Resumo: O presente artigo procura discutir o surgimento e a trajetória das ideias neoliberais no contexto da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. O objetivo é analisar as bases fundamentais de suas ideias e de que maneira elas foram se transformando em um “coletivo de pensamento” que propõe uma forma de interpretar o mundo e suas relações econômicas. Iniciando na gênese do neoliberalismo, entre os anos 1920 e 1930, propomos uma interpretação de como se produziu certa síntese focada na noção do mercado como a instituição fundamental da organização da vida social.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Escola Austríaca. Escola de Chicago. Ordoliberalismo.

Abstract: The present article seeks to discuss the emergence and trajectory of neoliberal ideas in the context of Western Europe and the United States. The objective is to analyze the fundamental bases of their ideas and how they were transformed into a “collective of thought” that proposes a way of interpreting the world and its economic relations. Starting with the genesis of neoliberalism, between the 1920s and 1930s, we propose an interpreta-

Editor responsável: Marcos Taroco Resende | DOI: 10.29182/hehe.v29i1.1125

^a Submissão: 11/12/2025 | Aprovação: 21/02/2026 | Publicação: 20/04/2026

^b ltorelli@fespsp.org.br

O autor declara não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

tion of how a certain synthesis was produced focused on the notion of the market as the fundamental institution for the organization of social life.

Keywords: Neoliberalism. Austrian School. Chicago School. Ordoliberalism.

JEL: B20. B25.

Introdução

Eu fui minerador
Eu fui estivador
Eu fui ferroviário
Entre as guerras
Criei uma família
Em tempos de austeridade
Com suor na fundição
Entre as guerras
[...]
Eu mantive a fé e continuei votando
Não pela mão de ferro, mas pela mão amiga
[...]
Chame os artesãos
Traga os desenhistas
Construa um caminho do berço ao túmulo
E eu darei meu consentimento
A qualquer governo
Que não negue a um homem um salário digno
[...]
Doce moderação
Coração desta nação
Não nos abandone, nós estamos
Entre as guerras¹

¹ “Between the Wars”. Canção de Billy Bragg (1985). Tradução nossa dos seguintes trechos: “I was a miner/ I was a docker/ I was a railway man/ Between the wars/ I raised a family/ In times of austerity/ With sweat at the foundry/ Between the wars/ [...] I kept the faith and I kept voting/ Not for the iron fist but for the helping hand/ [...] Call up the craftsmen/ Bring me the draughtsmen/ Build me a path from cradle to grave/ And I’ll give my consent/ To any government/ That does not deny a man a living wage/ Sweet moderation/ Heart of this nation/ Desert us not, we are/ Between the wars”.

Em 1985, o músico britânico Billy Bragg, à época com 28 anos, lançou a canção “Between the Wars”, e alcançou posições de destaque na UK Singles Chart daquele ano. Inspirada na greve dos mineiros² do Reino Unido de 1984-1985, e misturando elementos do *rock*, do *punk* e do *folk*, a produção musical do jovem artista apresentava uma visão bastante crítica a respeito dos impactos do governo de Margaret Thatcher (1979-1990) sobre os trabalhadores de seu país, bem como sobre as possibilidades de futuro dos britânicos submetidos a um novo regime econômico, político e social que estava se construindo e se consolidando simultaneamente, mas com velocidades e formas distintas, nas nações capitalistas (e também nas não capitalistas) em meados da década de 1980.

Naqueles tempos de Thatcher, a partir de ações políticas do governo, os “mineradores”, “estivadores”, “ferroviários” e outros tantos operários britânicos viam seus sindicatos se enfraquecerem e suas possibilidades de organização e reivindicação se tornarem cada vez mais estreitas. Consequentemente, ocorria, numa velocidade que limitava muito as possibilidades de ação defensiva, uma desestabilização significativa das condições materiais adquiridas no período dos chamados Trinta Anos Gloriosos (1945-1975) das sociedades da Europa Ocidental, em geral, e dos britânicos, em particular. A canção de Bragg retrata esse momento da perspectiva do trabalhador que vivia agora os novos tempos de “austeridade”. A Era Thatcher simbolizava, então, para boa parte dos operários britânicos, o fim do período de estabilidade de emprego e de acesso aos direitos sociais que, em retrospectiva, tinha sido experimentado por eles nas décadas anteriores.

Partindo dessa constatação, isto é, a de que entre as décadas de 1970 e 1980, uma transformação significativa ocorreu na forma de organização do capitalismo, pretendemos neste artigo compreender o sentido histó-

² A Greve dos Mineiros de 1984 foi um ponto de virada na história britânica. Os mineiros lutavam contra a tentativa do governo de Margaret Thatcher de fechar as minas e o seu sindicato, bem como derrotar o movimento trabalhista em geral. O objetivo era abrir caminho para a instalação de uma economia de livre mercado em uma ação do Estado para proteger os interesses dos mercados competitivos. Para derrotar o movimento dos mineiros, foi mobilizada a força militar, dos tribunais e da mídia, culminando na Batalha de Orgreave, em 18 de junho de 1984, quando milhares de mineiros foram presos, multados, encarcerados ou demitidos. A vitória do governo de Thatcher sobre os mineiros é considerada um dos marcos fundamentais de instalação do neoliberalismo. Sobre essa história e a do próprio movimento sindical britânico no contexto do neoliberalismo, ver Cushion (2020).

rico dessa mudança. Assumindo, desde já, as limitações aqui presentes – dada a abrangência de temas e aspectos que poderiam ser examinados sobre aquele contexto histórico – nos propomos a compreender o que significou essa transformação importante no sistema capitalista. Para tanto, vamos nos apoiar nas diferentes interpretações já produzidas sobre esse contexto para compreender a história econômica³ dessa nova hegemonia, que chamaremos, conforme consagrado pela bibliografia, de neoliberal.

Assim, nossa trajetória é uma tentativa de reconstituição de elementos da história das ideias neoliberais, isto é, a construção da doutrina que chamamos de neoliberalismo. Além desta introdução, o artigo é composto pelas seguintes etapas: (i) uma discussão teórica sobre a forma de reconstituição histórica do pensamento neoliberal; (ii) uma abordagem das ideias desenvolvidas primeiro no Colóquio Walter Lippmann e, em seguida, (iii) no contexto de surgimento e ascensão da chamada Sociedade Mont Pèlerin; (iv) por fim, considerações finais que apresentam uma proposta de síntese das ideias neoliberais desenvolvidas nas décadas analisadas.

1. Neoliberalismo: uma proposta de reconstituição

Para compreender o contexto em que a canção de Bragg encontra sentido, há uma trajetória de mais longa duração, que remonta, ao menos, às primeiras décadas do século XX. Essa trajetória constitui, retrospectivamente, uma história complexa, que muitos pesquisadores consideram a de ascensão e consolidação do que se chamou de neoliberalismo. Existem, porém, alguns questionamentos – especialmente dos que postulam princípios e ideias em geral associados ao neoliberalismo – sobre a adequação e a funcionalidade desse conceito para analisar o processo histórico que se propõe. Venugopal (2015), e antes dele Boas e Gans-Morse (2009) e John Clarke (2008), por exemplo, argumentam em torno de, ao menos,

³ Quando nos referimos à história econômica, reforçamos que a proposta é realizar o que defendia, entre outros, o historiador catalão Josep Fontana: “Recuperar a identidade do trabalho no campo da história econômica significa recordar que esta não é nem um ramo da ciência econômica, nem uma variedade temática da história – como a história militar ou a história da Igreja –, mas, de fato, um modo de fazer história. Da economia se distingue por estudar o tempo longo e sua complexidade; das diferentes especializações da história, pelo fato de que não se limita a analisar as atividades econômicas isoladamente, mas as situa em um contexto mais amplo, com a intenção de explicar a natureza dos fatos sociais” (Fontana, 2014, p. 23, tradução nossa).

três aspectos que indicam por que o conceito não seria adequado ou funcional:

1. não haveria quem se colocasse no debate como um defensor das ideias e práticas neoliberais, ou seja, seria um conceito que não teria quem advogue a favor;
2. refere-se a aspectos, grupos e pessoas demais para ser preciso, o que leva o seu uso a servir mais a imprecisões e confusões do que a explicar de fato algo concreto;
3. deveria ser utilizado apenas para um fenômeno específico, como, por exemplo, as políticas pró-Mercado implementadas ao longo dos anos 1980 nos países do Centro capitalista.

Em síntese, conforme afirma o filósofo político Amaro Fleck, os críticos do conceito de neoliberalismo ou recusam-no por “se referir a coisas demais”, ou por ele “se referir a coisas de menos”, ou, ainda, “por se referir a apenas uma coisa que já não seria mais vigente”. Lembra o autor, entretanto, que, ao contrário do que afirmam os críticos, do fim do século XIX até a década de 1950, muitos economistas e cientistas sociais usavam o termo “neoliberalismo”, seja para designar o retorno ao liberalismo de Adam Smith, seja, o que acabou se concretizando como a definição mais comum, para se referir a um “novo liberalismo” possível na realidade do século XX (Fleck, 2022, p. 251-252).

Sobre as outras duas objeções, que reclamam de o conceito ser abrangente demais ou pouco definido, Fleck esclarece que é assim com praticamente todos os conceitos que carregam uma versão em ideias e outra em processo histórico. De fato, o neoliberalismo designa uma corrente de pensamento político, econômico, social e filosófico, bem como uma concretude histórica específica. Tal polissemia também ocorre com outros conceitos, como o de socialismo, ou de social-democracia, ou ainda do próprio liberalismo clássico (Fleck, 2022, p. 254). Adicionalmente, Andrade (2019) afirma que essa polissemia do conceito, bem como seu uso expressivo pelos críticos ao neoliberalismo, não seria necessariamente um problema, pois pode ajudar a construir uma reflexão coletiva das Ciências Sociais e dos movimentos alternativos ao neoliberalismo sobre o seu significado histórico, econômico e político:

O fato de ele estar associado a uma sensibilidade moral crítica confere-lhe o *status* de ideia força capaz de mobilizar a pesquisa e os atores políticos. A circulação do conceito entre militantes não o enfraquece no âmbito das ciências sociais, antes permite uma interação, ajudando a informar as lutas e, inversamente, sendo informado por elas. O conceito de neoliberalismo também permite a saída da ultraespecialização acadêmica, viabilizando um diálogo enriquecedor entre diferentes correntes teóricas e variadas pesquisas empíricas de modo a integrá-las no mesmo horizonte crítico. Nesse sentido, o conceito de neoliberalismo pode funcionar como dispositivo capaz de articular lutas, saberes críticos e projetos políticos. Se as pesquisas não definem um alvo unificado apontam para dimensões muitas vezes complementares que precisam ser simultaneamente combatidas (Andrade, 2019, p. 215-216).

Partindo dessas perspectivas, consideramos inequívoca a afirmação de que, nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente no chamado entreguerras, surgiu uma corrente de pensamento no campo da Ciências Sociais e da luta política, marginal naquele contexto, que apontava para a necessidade de uma agenda intelectual de resignificação do liberalismo clássico. Essa corrente se articulou em grupos de estudo e de atuação, com apoio financeiro e logístico de entidades empresariais e *think tanks* da Europa e dos Estados Unidos, propondo uma série de ações em defesa do chamado livre mercado e da propriedade privada, entre outros elementos. Ao longo dos anos do pós-Segunda Guerra Mundial, apesar da hegemonia intelectual e política das ideias econômicas intervencionistas de John Keynes (1883-1946) e seus seguidores, esse grupo continuou atuando e se expandindo, especialmente em círculos acadêmicos e empresariais. Eles mesmos se autodefiniram, conforme veremos, como neoliberais, pelo menos até fim dos anos 1950.

A estagnação dos anos 1970, e a conseqüente crise das políticas keynesianas, fortaleceu uma onda de questionamentos sobre a estratégia de política econômica do pós-Segunda Guerra na área capitalista. Naquele momento, com forte apoio das entidades empresariais e de grupos políticos organizados, relações pacientemente construídas nos anos de

marginalização, as ideias daquela vertente de pensamento autodenominada neoliberal ascendeu ao primeiro plano das ações políticas. Desde então, podemos dizer que se viveu uma hegemonia neoliberal do pensamento e da ação política e econômica no mundo capitalista, que teve papel decisivo também na conversão do antigo bloco socialista a partir dos anos 1990. Ou seja, conforme afirma Fernando Escalante Gonzalbo (2015, p. 13, tradução nossa), sociólogo mexicano, “o neoliberalismo é um fenômeno perfeitamente identificável, cuja história se pode descrever. É um programa intelectual, um conjunto de ideias acerca da sociedade, da economia, do direito, e é um programa político, derivado dessas ideias”.

Assim, seguindo os passos de Fleck (2022), propomo-nos a reconstituir a história desse conceito por meio de dois caminhos:

1. o do “coletivo de pensamento” (Mirowski, 2009), desde seu surgimento no período entreguerras até a década de 1970, quando se tratava daquele movimento intelectual e político contra-hegemônico, mas que crescia à sombra do keynesianismo; e
2. o do capitalismo de hegemonia neoliberal, a partir dos anos 1970, quando um novo ciclo capitalista ascende, se consolida, chega ao auge e começa a viver aquilo que consideramos sua decadência, fundamentado nas ideias da outrora doutrina marginal.

Em síntese, nossa proposta é articular a história do neoliberalismo a partir de sua trajetória no campo das ideias até se consolidar na ação econômico-política. Dessa forma, seguimos a definição que considera que

[...] a doutrina neoliberal surge no começo do século XX e se dissemina por meio de um coletivo de pensamento que se reúne pela primeira vez no Colóquio Walter Lippmann [em 1938] e se consolida em torno da Sociedade Mont Pèlerin [de 1947]. O neoliberalismo realmente existente denota uma série de práticas, de políticas públicas ou mesmo uma etapa ou estágio do modo de produção capitalista que surge e se dissemina a partir da crise do keynesianismo nos anos 1970, tanto a partir do laboratório chileno sob a ditadura de Pinochet (1973), quanto a partir

das vitórias eleitorais de Margareth Thatcher no Reino Unido (1979) e de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981) (Fleck, 2022, p. 255).

Partindo dessas reflexões, podemos considerar que a história do neoliberalismo, a exemplo de um modelo muito distinto, como o do socialismo, é de uma trajetória dual. Por um lado, é a história de uma doutrina, isto é, de uma construção teórica e conceitual, que remonta aos anos 1920 e alcança os anos 1970, configurando-se por meio de uma intrincada e complexa trajetória intelectual. Mas, também, nomeia uma época, um momento histórico, que se constitui especialmente a partir dos anos 1970 e se estende até as primeiras décadas do século XXI, com um processo histórico também intrincado, complexo, contraditório e, por vezes, profundamente incômodo. Sinteticamente, neoliberalismo é a história de uma doutrina e, também, a história de uma época da trajetória do sistema capitalista. O aspecto central a se considerar, entretanto, é que, também a exemplo do que se vivenciou com a ideia de socialismo, não há uma identidade perfeita entre a doutrina e a sua pretensa realização concreta, que por vezes se mostra, inclusive, em dissonância com aquilo que a teoria pregava.

Assim, faz muito sentido a afirmação de Dieter Plehwe (2009, p. 4, tradução nossa), de que “o neoliberalismo continua sendo uma ideologia importante que é mal compreendida, mas, curiosamente, extrai parte de sua força prodigiosa dessa obscuridade”. Essa é uma das características mais marcantes da trajetória do neoliberalismo. Por isso, com a intenção de desenvolver uma reflexão organizada e coerente a respeito da história desse conceito e de sua consolidação hegemônica, propomos uma reconstituição que realize dois passos decisivos e complementares: o primeiro diz respeito à construção do “coletivo de pensamento” e sua trajetória entre os anos 1930 e 1970; já o segundo se refere à ascensão econômico-política, por vezes modificada ou reorientada, das ideias elaboradas nesse coletivo, entre os anos 1970 e as primeiras décadas do século XXI. Numa definição precisa, a narrativa histórica sobre o neoliberalismo precisa levar em consideração os seus aspectos doutrinário e concreto, que se articulam e se influenciam de forma significativa. Neste artigo, nosso olhar privilegiado é para a trajetória da doutrina.

3. A construção da doutrina neoliberal: Colóquio Walter Lippmann

As primeiras manifestações do termo “neoliberalismo” remontam ao final do século XIX. Mas, segundo Dieter Plehwe (2009, p. 10-11), os contornos do seu significado associado à noção de uma necessidade de redesenhar a atuação do Estado e garantir o funcionamento dos mercados livres e competitivos apareceu na obra do economista sueco Eli F. Heckscher (1879-1952), que publicou, em 1921, o livro *Old and New Economic Liberalism*, no qual tecia considerações em torno dessa ideia de neoliberalismo. Entretanto, foi com a obra do economista suíço Hans Honegger, que publicou *Trends of Economic Ideas*, em 1925, que o neoliberalismo se tornou representativo de uma noção que sintetiza a oposição frontal às ideias socialistas emergentes à época, e a defesa franca dos princípios da competição de mercado e do empreendedorismo livre, valores que o autor considerava fundamentais para a vida em sociedade. Entretanto, o Estado ainda era visto de forma negativa, algo muito fundamentado no pensamento liberal clássico.

Ao longo dos anos 1920, em Viena, forma-se um grupo de estudos sobre o funcionamento da economia e de questionamento dos valores intervencionistas e socialistas. Esse grupo, inspirado nos escritos e palestras dos economistas austríacos Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich von Hayek (1899-1992)⁴, iniciou a construção da chamada teoria da ação humana, que consiste em considerar

⁴ Naquela época, em Viena, Mises e Hayek formaram um grupo de estudos que ficou conhecido em boa parte do meio intelectual europeu e disseminou as ideias do que posteriormente se chamou de Escola Austríaca. O modelo de Viena, de reunião de intelectuais financiados por recursos empresariais, se repetirá em vários grupos neoliberais pelo mundo, posteriormente. Segundo Plehwe (2009, p. 11, tradução nossa), “o seminário de Mises atraiu muitos estudiosos estrangeiros (como Lionel Robbins, Frank Knight e John van Sickle), que se tornariam membros-chave da Sociedade Mont Pèlerin após a Segunda Guerra Mundial. As discussões envolveram intelectuais que trabalhavam na academia lado a lado com intelectuais que não conseguiam alcançar carreiras acadêmicas tradicionais na época por várias razões (incluindo antissemitismo). O seminário de Mises abrangia intelectuais de ‘negócios’ como Fritz Machlup (que havia sido forçado a entrar nos negócios da família de seu pai por falta de oportunidades acadêmicas) e funcionários da Câmara de Comércio. Naquela época, Mises e Hayek se sustentavam com recursos vindos de um instituto privado de pesquisa de ciclos econômicos financiado pela Fundação Rockefeller para fornecer dados econômicos a empresas austríacas. Traços característicos posteriores do neoliberalismo organizado podem ser discernidos nas experiências de vida formativas dos principais neoliberais durante a década de 1920 vienense”.

[...] a Ciência Econômica [...] concebida como uma teoria da ação mais do que da decisão, e esta é uma das características que mais os separa dos seus colegas neoclássicos. [...] Em primeiro lugar, para a Escola Austríaca, o conceito relevante de ação inclui, não só um hipotético processo de decisão num enquadramento de conhecimento “dado” sobre os fins e os meios, mas, sobretudo, e isto é o mais importante, a própria percepção do sistema de fins e de meios no seio do qual tem lugar a alocação econômica que os neoclássicos tendem a estudar com caráter de exclusividade. O importante para os austríacos não é que se tenha tomado uma decisão, mas sim que a mesma é levada a cabo sob a forma de uma ação humana ao longo de cujo processo (que eventualmente pode chegar ou não a concluir-se) se produz uma série de interações e atos de coordenação cujo estudo constitui, para os austríacos, o objeto de investigação da Ciência Econômica. Por isso, para a Escola Austríaca, a Ciência Econômica, longe de ser um conjunto de teorias sobre escolha ou decisão, é um corpus teórico que trata dos processos de interação social, que poderão ser mais ou menos coordenados, dependendo da capacidade demonstrada no exercício da ação empresarial por parte dos agentes implicados (Soto, 2010, p. 17).

Partindo dessa perspectiva, os austríacos consideravam que a ciência econômica era um fenômeno subjetivo, resultante da ação humana, em desacordo, portanto, com alguns dos princípios das expectativas racionais dos neoclássicos, por exemplo. Assim, não se tratava de estudar o manejo dos recursos escassos em si, mas as ações dos seres humanos na manipulação desses recursos. Dessa forma, consideravam idealmente impossível o sucesso de qualquer intervenção planejada na lógica de funcionamento da ação humana, subjetiva por definição. Por algumas razões fundamentais, qualquer tentativa de intervenção no funcionamento livre da ação humana fracassaria. Em primeiro lugar, pelo volume significativo de informações que precisariam ser processadas. Um segundo ponto, é que a substância dessas informações, e suas formas de disseminação, estão relacionadas a uma subjetividade da natureza humana. E, por fim, era preciso considerar o caráter dinâmico do processo de tomada de decisão empre-

sarial, que envolve inclusive a produção de novas informações que muitas vezes não podem e nem devem ser disseminadas durante o processo de criação e inovação. Além disso, consideravam os austríacos, havia certo caráter subjetivo na ação da ciência, que distorce, dificulta ou impossibilita a ação de criação empresarial. Por essas razões, a partir do ponto de vista da chamada Escola Austríaca, nem o ideal socialista, nem mesmo o ideal positivista ou utilitarista seriam realizáveis na sociedade (Mises, 2010 [1949]). Podemos então afirmar que a Escola Austríaca é, possivelmente, a primeira corrente neoliberal a romper com alguns aspectos importantes das teorias liberais clássicas e neoclássicas.

Ao final da década, entretanto, viveu-se a eclosão da Crise de 1929, seguida pela Grande Depressão dos anos 1930. As características da depressão econômica daquele período ajudaram a enfraquecer ainda mais o ideal liberal, que já vinha abalado desde meados do século XIX, e fez surgir em diversos países propostas e ações de saídas políticas da crise: revolucionárias e/ou autoritárias. De qualquer modo, todas essas saídas, de forma inequívoca, rompiam com os padrões dos regimes liberais das décadas anteriores e, do ponto de vista econômico, começavam a colocar em prática políticas intervencionistas e de ação direta do Estado na recuperação econômica. Mais do que isso, mesmo onde o regime democrático-liberal sobreviveu politicamente, a implementação de uma agenda econômica focada na ação efetiva do aparelho estatal na recuperação das atividades produtivas se impôs. O exemplo clássico, conforme se sabe, foi o *New Deal* dos Estados Unidos da América, liderado pelo presidente democrata Franklin Delano Roosevelt, que governou o país entre 1933 e 1945⁵.

Do ponto de vista do debate intelectual sobre questões econômicas e políticas, aquele período de crise promoveu um aprofundamento da marginalização dos ideais liberais, bem como de suas correntes próximas. A publicação, em 1936, da *General Theory of Employment, Interest and*

⁵ Evidentemente, existe uma extensa bibliografia que discute o período da Grande Depressão (1929-1933), bem como a política do *New Deal* nos Estados Unidos. Como referências importantes e de fácil acesso, indicamos a discussão de Hobsbawm (1995, cap. 3 e 4), que promove um balanço do processo histórico da crise de 1929, seus impactos e suas consequências políticas, especialmente a queda do liberalismo. Na mesma linha, mas com elementos interpretativos distintos, ver Fontana (2017, cap. 5). Uma interpretação clássica da crise de 1929 e dos seus efeitos econômicos encontra-se em Galbraith (2010 [1955]). Para uma visão alternativa, de perspectiva liberal, pode-se consultar Friedman (2008 [1963]).

Money, de John Maynard Keynes (1883-1946), é um marco importante da transformação do liberalismo econômico, começando a construir uma hegemonia daquilo que posteriormente se convencionou chamar de keynesianismo⁶. Nesse contexto, muitos grupos de intelectuais, políticos e ativistas liberais passaram a defender a necessidade de uma revisão profunda do cânone, no sentido de dotar essa corrente de pensamento dos instrumentos necessários para lidar com os novos tempos. O neoliberalismo, como corrente de pensamento e ação política que conhecemos hoje, é filho da Grande Depressão dos anos 1930.

Muitos autores, como os já citados Plehwe (2009), Gonzalbo (2015) e Fleck (2022), consideram que o marco fundamental do constructo teórico do nascimento do neoliberalismo foi a publicação de *The Good Society*, em 1937, de Walter Lippmann (1889-1974). Nascido em Nova York, Lippmann foi um dos mais influentes jornalistas, intelectuais e comentaristas políticos dos Estados Unidos no século XX. Durante sua longa carreira, teve papel destacado nos debates públicos de seu país e do mundo, tratando de temas como democracia, política externa, opinião pública e liberalismo. O livro de 1937 chamou atenção por ser um tratado de defesa de princípios liberais num contexto de refluxo dessa corrente de pensamento.

The Good Society foi concebido em quatro partes, que o autor nomeia como “livros”, mas que estão reunidas todas no mesmo volume. A primeira discute o que ele chama de “O Estado providencial”. Já a segunda se refere ao “Movimento coletivista”, sendo a terceira parte sobre “A reconstrução do liberalismo”, para, por fim, na quarta parte defender “O testamento da liberdade”. Nas duas primeiras partes, Lippmann estuda os aspectos teóricos e práticos do movimento coletivista, que, desde a década de 1870, vinha buscando organizar uma ordem social dirigida. O

⁶ Na verdade, as ideias liberais já viviam uma crise significativa no que se refere à sua capacidade de explicar a realidade desde fins do século anterior. A partir das transformações provocadas pela chamada Segunda Revolução Industrial, de meados do século XIX em diante, as ideias liberais clássicas e neoclássicas não tinham grande força explicativa. O capitalismo monopolista, cartelizado e fundamentado numa profunda relação entre Estado, grande empresa produtora e setor financeiro, resultante das transformações das últimas décadas do século XIX, e que atuava agressivamente no mundo praticando o imperialismo neocolonial, já colocava em descrédito as teses de mercados harmoniosos, livre concorrência e atuação fundamentada nos interesses dos indivíduos. Sobre o tema, e com uma revisão bibliográfica que permite o aprofundamento nos assuntos relacionados, ver Saes e Saes (2013, Terceira parte).

autor considerava que essa ordem social não era teoricamente concebível e, mais do que isso, quando analisada de perto, se mostrava muito complexa para administrar e de frágeis características nas ações práticas (Lippmann, 2017 [1937]).

No que se refere às duas últimas partes da obra, Lippmann afirma que a intenção era compreender os motivos de o desenvolvimento da doutrina liberal ter sido interrompido, bem como por que razão o liberalismo deixou de ser hegemônico nos assuntos da vida social, tornando-se um conjunto de ideias de defesa intelectual de muitas injustiças e opressões dos tempos contemporâneos. Ele considera então que há a necessidade da elaboração de um liberalismo novo, capaz de conciliar duas premissas fundamentais: (i) a de que a política, o direito e a moralidade do mundo ocidental resultam da cosmovisão religiosa cristã de que todos os seres humanos são pessoas únicas e invioláveis; e (ii) a de que a revolução industrial e a divisão do trabalho são as bases da nova economia. Essa relação é decisiva, uma vez que, para Lippmann, conforme ele escreve no prefácio ao livro de 1943, o fascismo, o comunismo, as diferentes formas de socialismo, o capitalismo estatal e o liberalismo do século XIX são incapazes de pensar a conciliação entre a economia moderna e essa herança cultural-religiosa (Lippmann, 2017 [1937]).

A tese fundamental de Walter Lippmann é a de que os diversos “coletivismos” (que na sua visão abarcam comunismo, socialismo, fascismo e algumas versões do novo liberalismo) se opõem uns aos outros apenas na superfície. Na prática, todas essas versões políticas concordariam com a ação planejadora estatal e de controle das atividades econômicas. Essas práticas seriam um retorno a características dos organismos estatais do Antigo Regime, evidentemente inadequados para lidar com a economia industrial e financeira do século XX. Para Lippmann, portanto, não existiriam razões para renunciar ao caminho da superação do controle estatal. Ao contrário, a ideia de um “Estado providência”, que agiria conforme princípios científicos para gerir a sociedade, é um equívoco, pois se baseia numa noção de que haveria condições de processar as informações da complexidade social. Essa crença não se sustentaria, já que a nossa capacidade de conhecer é limitada, enquanto a capacidade da sociedade de se complexificar é ilimitada, impossibilitando aos agentes do Estado apreender a totalidade da lógica de organização da vida social. Apenas uma

versão moderna de liberalismo, que combinasse direitos de liberdade do indivíduo com condições de liberdade econômica, poderia dar conta da complexidade da vida social pós-Revolução Industrial (Lippmann, 2017 [1937]). Sua tese, portanto, dialoga com a noção de ação humana desenvolvida pela Escola Austríaca, e por isso chamou a atenção daqueles que, desde a década de 1920, buscavam refletir sobre como reformular o liberalismo para os novos tempos.

A repercussão da obra de Lippmann levou aqueles que coadunavam dessas ideias a proporem uma reunião para discutir a temática e as ações possíveis a partir dali. Em agosto de 1938, por ocasião do lançamento da edição francesa de *The Good Society*, foi levado adiante o Colóquio Walter Lippmann, que reuniu, entre outros, o idealizador da proposta, Louis Rougier (filósofo francês), Friedrich von Hayek (economista austríaco, radicado na Inglaterra), Ludwig von Mises (economista austríaco), Wilhelm Röpke (economista alemão), Michael Polanyi (químico e polímata húngaro/austríaco), Raymond Aron (filósofo e sociólogo francês), além, claro, do próprio Walter Lippmann (Innset, 2020, p. 47).

Tratou-se do “primeiro encontro internacional para discutir ideias ‘neoliberais’” (Burgin, 2012 p. 56). Ou, melhor dizendo, podemos classificar “o Colóquio Walter Lippmann [como] a primeira tentativa de criação de uma ‘internacional’ neoliberal que se prolongou em outros organismos” (Dardot; Laval, 2016, p. 72). O Colóquio foi então a primeira reunião neoliberal, apesar de seu homenageado não ter, posteriormente, participado ativamente do movimento que vai ganhar novo impulso após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Assim,

[...] apesar da função central de Lippmann no período de fundação do movimento, ele nunca mais se engajou direta e propositadamente com os membros de sua comunidade intelectual. Ele largou o movimento neoliberal quando este começava a estabelecer as estruturas duráveis que estariam nas bases de seu sucesso popular. Este desligamento deliberado levou a maioria das histórias do neoliberalismo a ignorar Lippmann (Burgin, 2012, p. 85, tradução nossa).

De qualquer forma, pela primeira vez, grupos de intelectuais da Europa e dos Estados Unidos, que se consideravam pensadores liberais e se sentiam ameaçados pelo avanço dos “coletivismos”, se reuniram para pensar e propor um programa de ação acadêmica e política, no sentido da defesa dos princípios por eles considerados básicos: a defesa do livre mercado, a perspectiva da livre iniciativa empreendedora, a ação limitada dos Estados e a denúncia do fracasso de qualquer tentativa de controle da vida social e do mercado.

Nos debates do Colóquio, entretanto, ficou evidente a noção de que, para os participantes em geral, a responsabilidade pela decadência do liberalismo era do próprio liberalismo clássico do século XIX. O principal equívoco estaria na ideia de acreditar que a vida social funciona segundo regras fundamentadas em leis naturais intangíveis. O próprio Lippmann argumentou em torno dessa questão. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 92), Lippmann considerava que

[...] a ideia mais equivocada dos “últimos liberais” [...] consiste em afirmar que existem domínios em que há uma lei e outros em que não há lei nenhuma. Foi essa crença na existência de esferas de ação “naturais”, regiões sociais de não direito, como seria, na opinião deles, a economia de mercado, que deturpou a inteligência do curso histórico e impediu o prosseguimento das políticas necessárias. Como ainda observa Lippmann, no século XIX a dogmática liberal deslocou-se pouco e pouco das práticas reais dos governos. Enquanto os liberais discutiam sentenciosamente a extensão do *laissez-faire* e a lista dos direitos naturais, a realidade política era da invenção de leis, instituições e normas de todos os tipos, indispensáveis para a vida econômica moderna.

Os debatedores do Colóquio, ao contrário daqueles liberais clássicos, acreditavam que a construção da sociedade liberal dependia da ação política. Uma espécie de “intervencionismo liberal” ou de um “liberalismo construtor” seria essencial para a elaboração da sociedade fundamentada nos valores liberais. O liberalismo precisava aceitar o Estado e suas instituições como um elemento central na construção da sociedade ideal, fundamentada nos valores de mercado competitivo e livre iniciativa. Essa

ordem social seria resultado da revolução que instaurou o regime capitalista. O equívoco dos “coletivistas”, consideravam os participantes do Colóquio, era crer que se pudesse superar essa realidade pelo domínio estatal dos processos econômicos. Já os liberais clássicos se equivocavam ao acreditar que essa ordem era natural e que não necessitava de intervenções de ordem política para sua preservação (Dardot; Laval, 2016, p. 89).

No Colóquio, foram estabelecidos os elementos básicos do que seus participantes defendiam nos seguintes termos: mecanismo de definição de preços via mercado; livre iniciativa como elemento organizador da vida social; sistema de concorrência preservado por um Estado forte e imparcial, que deve reger a justiça que administra a livre relação entre os seres humanos. Além disso, definiram a criação de um jornal (os *Cahiers du Libéralisme*) e a formação de um *think tank*, o Centre International D’Études pour la Rénovation du Libéralisme (CIRL), com sede em Paris, e sucursais em Londres, Genebra e Nova York (Plehwe, 2009, p. 14-15). O Centre e os *Cahiers*, além de interrompidos durante a Segunda Guerra, tiveram existência breve, até meados dos anos 1950. Quando retomaram suas atividades, foram sendo sistematicamente ofuscados pela formação da Sociedade Mont Pèlerin, conforme veremos.

Portanto, o neoliberalismo é muito mais uma resposta à crise do liberalismo do que ao surgimento do keynesianismo. Ele se apresenta, como corrente de ideias, no auge do pensamento keynesiano, e procura colocar em evidência as ideias pró-mercado em todas as esferas da vida. Assim, o objetivo era oferecer uma saída de mercado para os desafios da crise do pensamento liberal clássico. Nessa mesma linha, mas com proposta de ação oposta, surgiram correntes como o “novo liberalismo”⁷, defendendo um rompimento com aquele liberalismo estabelecido no século XIX, mas de natureza distinta deste de Lippmann.

4. Consolidação das ideias neoliberais: a Sociedade Mont Pèlerin

No pós-Segunda Guerra, à vitória dos Aliados não se seguiu um retorno aos princípios liberais, especialmente no campo econômico. Ao

⁷ O “novo liberalismo” se caracterizava pela aceitação de certo papel do Estado em políticas de bem-estar social, e teve força principalmente na Inglaterra do entreguerras.

contrário, nos Estados Unidos, o modelo intervencionista do *New Deal* triunfou, mesmo que não de maneira incontestável⁸. Na Europa Ocidental, a necessidade de reconstrução dos países destruídos pelo conflito exigia uma função do Estado muito ativa. Além disso, havia uma demanda evidente de auxílio a uma população vulnerável, que exigia assistência social e retomada do crescimento econômico com geração de emprego, dada a ameaça da revolução socialista vinda do Leste do continente (Hobsbawm, 1995, p. 254).

Nesse cenário, a opção por políticas de pleno emprego e expansão de programas de proteção social foi a tônica das ações estatais nas duas ou três décadas seguintes. Intervenções econômicas fundamentadas nas chamadas ideias keynesianas permeavam as políticas macroeconômicas da imensa maioria dos países capitalistas, inclusive da superpotência estadunidense, preocupada com a coesão social interna no cenário da Guerra Fria. Os pensadores neoliberais, em situação de marginalização, vão tentar uma nova estratégia de organização. Nos primeiros dias de abril de 1947, sob liderança de alguns participantes do Colóquio Walter Lippmann de 1938, reuniram-se os neoliberais em Mont Pèlerin, uma pequena vila montanhosa, na Suíça. Ali formou-se o coletivo de pensamento neoliberal mais influente dos anos seguintes⁹.

Participaram da reunião em torno de 40 pessoas, todas da Europa Ocidental (Áustria, Alemanha, Reino Unido, Suíça, França, Noruega, Suécia, Itália, Bélgica e Dinamarca) e dos Estados Unidos. O grupo era quase que exclusivamente masculino, já que apenas duas mulheres estive-

⁸ Na verdade, na historiografia estadunidense há quem questione atualmente essa hegemonia incontestável do pacto em torno do *New Deal* entre as décadas de 1930 e 1970. Conforme afirma Meg Jacobs (2011, p. 153, tradução nossa), “por seu impacto tão grande, o *New Deal* provocou uma reação imediata dos opositores, que, a partir da década de 1930, se mobilizaram para limitar, deslegitimar e dismantelar seu programa e seus legados. Como resultado, não está claro se uma ‘ordem’ coerente do *New Deal* do pós-guerra realmente existiu. Em alguns aspectos, o estado do *New Deal* foi mais expansivo e duradouro, mas em outros tornou-se sujeito a contestações muito antes do que os estudiosos anteriores perceberam. Assim, os anos do pós-guerra foram mais liberais e mais conservadores do que pensávamos anteriormente”.

⁹ Entre os membros que participaram do Colóquio Walter Lippmann e também do encontro em Mont Pèlerin, destacam-se: os austríacos Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek; os alemães Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow; o húngaro-austríaco Michael Polanyi; os franceses Jacques Rueff e Louis Rougier. Importante destacar que essa reunião em Mont Pèlerin contou com o apoio logístico e financeiro do banco Credit Suisse, da Fundação para Educação Econômica em Irvington-on-Hudson, dos Estados Unidos, e do Fundo William Volker, também estadunidense (Plehwe, 2009, p. 15).

ram presentes no encontro, a secretária Mrs. Hahn e a historiadora britânica Cicely Wedgwood. Tratava-se, portanto, de um grupo quase que só de homens brancos, mas de origens disciplinares variadas, já que existiam entre os participantes filósofos, economistas, historiadores, jornalistas, juristas, empresários e um químico, que era Michael Polanyi (Innset, 2020).

A reunião em Mont Pèlerin foi um passo decisivo para o constructo do pensamento neoliberal. A partir daquele momento, a busca por uma coerência de ideias e a noção de disputa do espaço intelectual e político se consolidavam. Vista essa trajetória retrospectivamente, pode-se afirmar que entre a reunião de 1947 e o Prêmio Nobel concedido a Friedrich von Hayek, em 1974, ocorre o que podemos considerar o período de consolidação das ideias neoliberais, para, em seguida, se iniciar o período de ascensão à hegemonia (Nofal, 2023, p. 583-584).

O grupo de neoliberais que se reuniram em Mont Pèlerin vinha desses 11 diferentes países e tinha essas origens profissionais diversas, mas todos estavam movidos pela vontade de construir em conjunto uma estratégia de ação para se opor de modo efetivo ao que descreviam sumariamente como “coletivismos”. Além disso, sabiam que, para enfrentar o “inimigo”, havia a necessidade de desenvolver uma agenda diferente daquela advinda do liberalismo clássico. Assim, acadêmicos de diferentes disciplinas compartilharam seus conhecimentos e debateram com um seleto grupo de jornalistas, líderes corporativos e políticos, com o apoio financeiro e logístico de *think tanks* partidários dessas intenções, para construir essa reação contra-hegemônica à época (Plehwe, 2009, p. 6).

A publicação oficial do evento é bastante genérica. A dificuldade inicial em encontrar os pontos de contato entre as diferentes visões a respeito do que seria esse novo conjunto de ideias fez com que o grupo conseguisse gerar consenso apenas com uma declaração de princípios ampla e pouco comprometedor, conforme reproduzida a seguir:

Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas já desapareceram. Em outras, elas estão sob constante ameaça devido ao desenvolvimento das tendências políticas atuais. A posição do indivíduo e do grupo voluntário é progressivamente minada por extensões de poder arbitrário. Até

mesmo o bem mais precioso do homem ocidental, a liberdade de pensamento e expressão, está ameaçada pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição de minoria, buscam apenas estabelecer uma posição de poder na qual possam suprimir e obliterar todas as opiniões, exceto as suas.

O grupo sustenta que esses desenvolvimentos foram fomentados pelo crescimento de uma visão da história que nega todos os padrões morais absolutos e pelo crescimento de teorias que questionam a conveniência do Estado de Direito. Sustenta ainda que esses desenvolvimentos foram fomentados pelo declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; pois, sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, é difícil imaginar uma sociedade na qual a liberdade possa ser efetivamente preservada.

Acreditando que o que é essencialmente um movimento ideológico deve ser enfrentado por meio de argumentos intelectuais e da reafirmação de ideais válidos, o grupo, tendo feito uma exploração preliminar do terreno, é da opinião de que estudos mais aprofundados são desejáveis, entre outros, em relação aos seguintes assuntos:

- A análise e a exploração da natureza da crise atual, a fim de esclarecer suas origens morais e econômicas essenciais.
- A redefinição das funções do Estado, a fim de distinguir mais claramente entre a ordem totalitária e a ordem liberal.
- Métodos para restabelecer o Estado de Direito e assegurar seu desenvolvimento de tal maneira que indivíduos e grupos não estejam em posição de invadir a liberdade de outros e que os direitos privados não se tornem uma base de poder predatório.
- A possibilidade de estabelecer padrões mínimos por meios não hostis à iniciativa e ao funcionamento do mercado.
- Métodos de combate ao uso indevido da história para promover credos hostis à liberdade.

- O problema da criação de uma ordem internacional propícia à salvaguarda da paz e da liberdade e que permita o estabelecimento de relações econômicas internacionais harmoniosas.

O grupo não aspira a fazer propaganda. Não busca estabelecer nenhuma ortodoxia meticulosa e restritiva. Não se alinha a nenhum partido específico. Seu único objetivo é, facilitando a troca de opiniões entre mentes inspiradas por certos ideais e concepções gerais compartilhadas, contribuir para a preservação e o aprimoramento da sociedade livre (The Mont Pèlerin Society, 1947, tradução nossa).

A publicação destaca o “perigo” que a civilização ocidental estaria vivendo. Essa ameaça, implicitamente, é atribuída às formas de governo “coletivistas”, que não se fundamentariam na “crença da propriedade privada e no mercado competitivo”. Haveria, dessa maneira, a necessidade de reunir pensadores e estrategistas para refletirem e construírem “estudos aprofundados” a respeito de seis pontos considerados essenciais: a natureza da crise (do liberalismo, nos parece implicitamente); a discussão do papel do Estado; formas de preservação dos direitos de propriedade privada; garantia de funcionamento livre dos mercados; o debate a respeito dos discursos produzidos sobre a história e seus usos políticos e; a configuração de uma ordem internacional satisfatória aos mercados.

Portanto, em linhas gerais, a Declaração de Objetivos – que, conforme é possível perceber, é um documento bastante anódino – apresenta elementos muito pouco específicos de quais seriam as intenções de referência da criação da Mont Pèlerin Society, na medida em que coloca apenas apontamentos muito genéricos sobre uma crise do universo do pensamento liberal e as necessidades de reforçar a defesa dos elementos da propriedade privada e dos mercados competitivos.

Entretanto, esse documento é, até os dias que correm, o único manifesto público em nome da Sociedade Mont Pèlerin. Depois dessa reunião de fundação, mais 43 Assembleias Gerais foram realizadas até 2025, e apenas o continente africano não sediou nenhuma delas. Também ocorreram 38 encontros regionais e mais 14 reuniões especiais. Ou seja, nesses 78 anos de existência, a Sociedade já se reuniu de alguma forma por 95 vezes, o que indica uma significativa atividade coletiva. Porém, publicamen-

te se manifestou muito pouco, o que garante aos seus membros certa discrição bastante conveniente.

Ao observarmos a lista de seus presidentes e membros mais influentes, podemos intuir as linhas de pensamento que se organizaram em torno da Sociedade Mont Pèlerin. Ludwig von Hayek foi o presidente por 14 anos, entre 1947 e 1961, sendo a liderança inequívoca nesse período contra-hegemônico. Foi sucedido a partir dali por muitos nomes ligados a correntes geralmente associadas ao neoliberalismo da Alemanha e dos Estados Unidos, com destaque para Wilhelm Röpke (1899-1966) e Milton Friedman (1912-2006), respectivamente. Nessas três lideranças encontramos boa parte das bases teórico-políticas do que eles mesmos denominaram neoliberalismo, bem como as suas principais tendências internas.

Friedrich von Hayek talvez seja a liderança que melhor sintetizou as características do “coletivo de pensamento” que é a Sociedade Mont Pèlerin. Sua trajetória intelectual começa na chamada Escola Austríaca, que explicitamos acima, mas toma dimensões mais significativas no pós-Segunda Guerra, quando Hayek passa a ter atuação política importante entre lideranças defensoras de princípios que se aproximam dos neoliberais. Inclusive, Hayek defendeu governos ditatoriais que adotaram gestão econômica neoliberal. O caso mais emblemático foi o da ditadura do general Augusto Pinochet, no Chile, entre 1973 e 1989 (Chamayou, 2020, p. 321-325)¹⁰.

Antes, porém, em 1945, publicou *O caminho da servidão*, livro que se tornou a referência para muitos neoliberais posteriores e inspirou aspectos centrais do “coletivo de pensamento”. Nessa obra, Hayek defende a impossibilidade do socialismo e dos modelos de regime totalitários. Para ele, esses governos “coletivistas”, na mesma perspectiva adotada por Lippmann, são inviáveis, porque não haveria possibilidades de cálculo econômico nessas sociedades. Tampouco o liberalismo clássico seria algo aplicável conforme imaginado por seus idealizadores. Na visão de Hayek:

¹⁰ A implantação de políticas neoliberais em diferentes países não é o objeto deste artigo, que está focado na construção das ideias desse coletivo de pensamento. Entretanto, para aqueles que gostariam de se aprofundar sobre o modelo neoliberal levado adiante pela ditadura de Pinochet, no Chile, sugerimos Montecinos (1994), Valdés (1995) e Montecinos e Markoff (2009).

Os princípios básicos do liberalismo não contêm nenhum elemento que o faça um credo estacionário, nenhuma regra fixa e imutável. O princípio fundamental segundo o qual devemos utilizar ao máximo as forças espontâneas da sociedade e recorrer o menos possível à coerção pode ter uma infinita variedade de aplicações. [...] Talvez nada tenha sido mais prejudicial à causa liberal do que a obstinada insistência de alguns liberais em certas regras gerais primitivas, sobretudo o princípio do *laissez-faire*. Contudo, de certa maneira, essa insistência era necessária e inevitável. Diante dos inumeráveis interesses a demonstrar que certas medidas trariam benefícios óbvios e imediatos a alguns, ao passo que o mal por elas causado era muito mais indireto e difícil de perceber, apenas regras fixas e imutáveis teriam sido eficazes. E como se firmara uma forte convicção de que era imprescindível haver liberdade na área industrial, a tentação de apresentá-la como uma regra sem exceções foi grande demais para ser evitada (Hayek, 1990, p. 42).

Assim, a ideia de leis imutáveis e fixas prejudica o desenvolvimento do pensamento liberal, que deveria se basear nas “forças espontâneas da sociedade”, que por si sós seriam capazes de produzir as instituições necessárias para a garantia da liberdade desde que preservadas pelas ações de Estados protetores de mercados e garantias individuais. No entanto, naquele período do final da Segunda Guerra, Hayek via surgir regimes de “controle” sobre a sociedade livre, que prometiam acabar com as desigualdades e instituir uma nova ordem fundamentada numa distribuição mais equitativa, resultante de ação planejadora do Estado. Interessante que, lendo *O caminho da servidão*, a impressão que nos passa é a impossibilidade de meios intermediários: ou bem se institui a “sociedade livre” dos mercados competitivos e da propriedade privada total, ou bem se põe em prática a “sociedade totalitária” do controle absoluto sobre mercados e propriedade, que impeça qualquer livre iniciativa dos indivíduos.

O contraste entre a sociedade liberal e a sociedade totalmente planejada fica patente nos ataques movidos por nazistas e socialistas à “separação artificial da economia e

da política” e na sua exigência de que a política domine a economia. Essas expressões parecem significar que hoje se permite às forças econômicas atuarem em benefício de fins alheios à política adotada pelo governo, e também que o poder econômico pode ser usado de maneira independente do controle governamental, para objetivos que o governo talvez não aprove. A alternativa, porém, não é apenas a existência de um poder único, mas de um poder, o grupo dirigente, que controle todos os objetivos humanos e, em especial, detenha autoridade total sobre a posição de cada indivíduo (Hayek, 1990, p. 114).

O receio de que a política domine a economia é uma das marcas fundamentais de seu pensamento e sustenta boa parte das reflexões dos neoliberais nas décadas seguintes. Essa preocupação vai sempre retornar nas expressões de pensamento neoliberais: os mercados e a propriedade não podem ser submetidos à política. Esta, por sua vez, precisa ser controlada por institucionalidades que impeçam a sua atuação de forma a prejudicar os elementos de livre funcionamento de mercados. Não se trata de *laissez-faire*, como pensavam os liberais clássicos do século XIX; era necessário mais do que isso: criar instituições que impedissem que a política se imiscuisse na economia e impedissem a atuação de mercados livres, competitivos e conduzidos por entes privados.

Desse modo, Hayek se posicionou sempre como um crítico dos princípios socialistas (e de todos aqueles “coletivismos”), da ideia de sociedade planejada, bem como das intervenções estatais nas liberdades individuais. Defensor do mercado, considerava-o a única instituição capaz de garantir o livre funcionamento dos preços na sociedade. Porém, como demonstra Fleck (2018), as razões que sustentavam essa defesa foram mudando ao longo das décadas: a primeira justificativa considerava o socialismo como algo impossível, já que não poderia haver cálculo econômico socialista; a segunda justificativa já mudou para a ideia de que o próprio cálculo econômico não era possível em qualquer formação social, sendo que no socialismo seria ainda pior, dado o volume de informações que o mercado processava e o fato de que naquele regime tal instituição não existia; por fim, a terceira justificativa sustentava que era por meio de uma “ordem espontânea” que se constituíam os preços, por vezes enfati-

zado por certa ideia de seleção natural e sobrevivência dos mecanismos e instituições mais adaptáveis e fortes.

A ideia de institucionalidades que pudessem proteger a economia de mercado foi mais profundamente desenvolvida por Wilhelm Röpke e os chamados ordoliberais alemães, reunidos especialmente em torno da Escola de Freiburg. Eles representam uma vertente particular do neoliberalismo que defendia uma ordem econômica baseada em regras claras e estáveis, com forte papel do Estado como garantidor da concorrência e do bom funcionamento do mercado – mas sem intervir diretamente nos preços ou na produção. Conforme destacam Dardot e Laval (2016, p. 102), os ordoliberais consideravam que o marxismo se equivocava ao acreditar que a organização social estava assentada numa infraestrutura de base material. Para eles, as instituições “superestruturais” da definição marxista é que tinham a primazia sobre a estrutura material:

Obra da vontade, e não produto de uma evolução cega, a ordem de mercado é, pois, parte de um conjunto coerente de instituições conformes com a moral. Os ordoliberais não são os únicos na época a romper com a perspectiva naturalista do velho *free trade*, mas caracterizam-se por ter sistematizado teoricamente esse rompimento, mostrando que toda atividade de produção e troca exercia-se no quadro de uma constituição econômica específica e de uma estrutura social construída (Dardot; Laval, 2016, p. 104).

Em seu livro *Civitas Humana: Grundfragen der Gesellschafts- und Wirtschaftsreform* (em português, *Civitas Humana: questões fundamentais da reforma social e econômica*), de 1944, Wilhelm Röpke defende exatamente esses princípios de uma economia de mercado moldada por uma forte ordem legal e moral, resultante da estrutura social em que está inserida. Assim, em sua concepção, “a liberdade econômica só pode florescer dentro de uma moldura ordenadora, que não se confunde com o *laissez-faire*, mas que também não é dirigismo”. Até porque “a economia de mercado só é justificável se estiver inserida numa estrutura de princípios éticos e sociais”. Entretanto, a construção dessa sociedade de mercado não é fruto da espontaneidade da vida social; ao contrário, “a economia de mercado não é uma ordem natural, mas uma ordem institucional que requer vigilância constante e ajustamento”. O grande desafio para Röpke,

porém, era a busca por esse equilíbrio entre a necessária liberdade de mercado e o funcionamento coeso da sociedade, ou seja, deveria ocorrer a construção “de uma ordem que preserv[asse] a liberdade pessoal dentro de uma comunidade orgânica”, até porque “não podemos permitir que a desigualdade econômica ultrapasse os limites que a justiça e a coesão social podem tolerar” (Röpke, 1948, partes III e IV).

Na perspectiva de Röpke e dos ordoliberais, a economia de mercado é superior a outras formas de organização social por ser a única maneira conhecida de superar a escassez de bens e, também, permitir a liberdade individual para que as pessoas conduzam as suas vidas como decidirem. É na concorrência permitida pela economia de mercado que os indivíduos podem tomar decisões livres. Conforme lembram Dardot e Laval (2016, p. 111), os ordoliberais não definem a economia de mercado, como faziam os liberais clássicos, pela troca, mas pela ideia de concorrência. É esta que precisa ser protegida e preservada pela atuação do Estado numa economia de livre mercado. Assim, a atuação estatal deve criar condições jurídicas, infraestruturais e de recursos humanos e mesmo psicológicos para criar, preservar e ampliar uma economia de livre mercado.

Röpke atuou no pós-Segunda Guerra no erguimento político e econômico da Alemanha Ocidental. Foi conselheiro na gestão do primeiro-ministro do partido democrata-cristão Konrad Adenauer, que governou entre 1949 e 1963. Considera-se que, em sua gestão, as ideias ordoliberais influenciaram a formação do que ficou conhecido no país como uma “economia social de mercado”, que primava pela defesa dos mercados livres associada a políticas sociais compensatórias¹¹.

A trajetória, por fim, de Milton Friedman, e a sua liderança na chamada Escola de Chicago, fecha a tríade de influências mais decisivas sobre o rumo do “coletivo de pensamento” encerrado na Sociedade Mont Pèlerin. Friedman foi um dos líderes da corrente neoclássica e monetarista de Chicago, defendendo a teoria quantitativa da moeda e a noção de tomadas de decisão econômica fundamentadas nas chamadas expectativas racionais, portanto em linha teórica um tanto distinta dos austríacos. A Escola de Chicago formou gerações de economistas fundamentados

¹¹ Para uma discussão ampliada da ideia de economia social de mercado, seus vínculos com interpretações morais e religiosas, bem como suas possibilidades contemporâneas, ver Ribeiro, Carvalho e Oreiro (2019).

nessas teorias que influenciaram a vida acadêmica e a política econômica em diversos países¹².

Segundo Ebenstein (2014, p. 92), as interpretações de Friedman foram se transformando no decorrer de sua extensa carreira acadêmica e de militância política. Partiu de uma posição liberal considerada moderada nos anos 1930 e começo dos 1940, para uma posição liberal clássica, próxima do liberalismo tradicional do século XIX, ao longo dos 1950, para, por volta do fim dos anos 1960 e ao longo das décadas seguintes, ir assumindo um posicionamento cada vez mais libertário, de uma ideia de que o Estado é uma ameaça concreta à liberdade, seja qual for a sua intervenção¹³.

Em artigo publicado em 1951, Milton Friedman discutiu a obra do jurista inglês A. V. Dicey (1835-1922), destacando as mudanças na legislação rumo aos “coletivismos” durante as primeiras décadas do século XX, inclusive entre juristas de tendências liberais. Mas afirmou, em seguida, perceber mudanças em direção ao liberalismo naquele momento dos anos 1950. Considerava que o liberalismo do século XIX era por demais focado no individualismo, e tendia a subestimar a importância do Estado. Friedman se baseou em Henry Simons (1899-1946), um dos fundadores da Escola de Chicago, para defender um novo liberalismo, que ele chamou de neoliberalismo, e que se fundamentaria no reconhecimento da importância do Estado na garantia das condições de competitividade no mercado e de estabilidade monetária. Além disso, esta seria uma opção viável após o que ele considerava os fracassos dos regimes de planificação econômica. Logo, o termo “neoliberalismo” é defendido por Friedman como adequado para expressar o que propunham aqueles que coadunavam com as ideias do “coletivo de pensamento” de Mont Pèlerin (Friedman, 1951).

¹² Sobre a Escola de Chicago e sua influência intelectual e política, ver Figueiredo (2009).

¹³ Essa corrente, nos Estados Unidos, recebeu o nome de libertarianismo e se sustenta no princípio de um Estado mínimo, que não interfere nos mercados e na liberdade individual. Os libertarianos são totalmente contrários a regulações no mercado de trabalho, e que o Estado ofereça seguridade social ou serviços públicos de saúde e de educação, por exemplo. Consideram ainda que qualquer celebração contratual voluntária entre indivíduos adultos é justa, e não deve existir qualquer regulação estatal que impeça contratos, mesmo quando se refere a formas de escravidão ou de venda de órgãos, por exemplo. O libertarianismo é considerado por alguns teóricos como um neoliberalismo radical que surge entre os anos 1960 e 1970. Nesse contexto, a Sociedade Mont Pèlerin foi substituindo suas doutrinas originais pelo libertarianismo, sendo Friedman o exemplo mais significativo dessa transição. Sobre o libertarianismo e o pensamento de Milton Friedman, ver Ebenstein (2014).

No seu livro mais famoso, *Capitalismo e liberdade*, de 1962, Milton Friedman afirma que o mercado e a política são dois modos distintos de se obter aquilo que as pessoas precisam e desejam. Entretanto, o mercado é muito mais compatível com os interesses dos indivíduos, pois permite alcançar os objetivos sem que se tenha de obter consentimento ou aprovação de outros. O mais importante, porém, é que a conquista via mercado é obtida de forma livre, sem amarras de nenhuma natureza. O mercado é garantidor da liberdade individual. Porém, há situações em que o Estado e a política são importantes, especialmente onde o mercado não é capaz de exercer esse papel. Na perspectiva de Friedman, o governo é importante para arbitrar os conflitos, aplicar a justiça, as leis e preservar a ordem. Deve ainda proteger os indivíduos da ameaça de outros por efeitos de vizinhança e atuar na proteção de pessoas incapazes. Friedman defende que numa sociedade livre o governo deve ser restrito e limitado, visto que o liberalismo é a defesa da maior extensão possível da liberdade individual diante de qualquer institucionalidade, em especial o Estado (Friedman, 2019 [1962]).

Para Friedman, o mercado resolve as questões centrais da sociedade sem a necessidade de conformidade, apenas na lógica de funcionamento do próprio mercado:

O uso generalizado do mercado reduz a tensão sobre o tecido social, ao tornar desnecessária a conformidade em relação a quaisquer atividades em seu âmbito. Quanto maior for a extensão das atividades abrangidas pelo mercado, menos frequentes serão as questões a exigir decisões políticas explícitas e, por conseguinte, sobre as quais é necessário chegar a acordos (Friedman, 2019 [1962], p. 25).

Transferir ao mercado as decisões mais importantes dos aspectos econômicos, e quem sabe até de conflitos políticos, seria a maneira mais racional de dirimir as questões da vida social, dada a superioridade das decisões privadas em relação àquilo que seria feito pelo setor público. Isso não quer dizer que o Estado não tenha papel na sociedade. Conforme já dissemos, para Friedman, ele possui funções bastante claras:

Um governo que preservou a lei e a ordem, definiu direitos de propriedade, serviu como meio para modificar direitos

de propriedade e outras regras do jogo econômico, arbitrou disputas sobre a interpretação das regras, garantiu a execução de contratos, promoveu a competição, forneceu um arcabouço monetário, envolveu-se em atividades para combater os monopólios técnicos e superar os efeitos de vizinhança, considerados, em geral, bastante importantes para justificar a intervenção governamental, e suplementou a filantropia privada e a família privada ao proteger o irresponsável, seja louco, seja criança, tal governo decerto tem importantes funções a executar. O liberal coerente não é anarquista (Friedman, 2019 [1962], p. 36-37).

O governo, entretanto, não deveria se meter em temas que dizem respeito a decisões de mercado, como, por exemplo, programas de apoio ou controle de preços, tarifas de importações, controle sobre atividades produtivas, imposição de salário mínimo, regulação de setores econômicos, concessões de rádio e televisão, programa de previdência social, credenciamento para ocupações ou profissões, programas habitacionais, tampouco arbitrar sobre o uso de recursos naturais. Para Friedman, essas, e outras funções menores, cabem aos mercados decidirem e darem as sinalizações para os indivíduos atuarem no sentido dos seus interesses, de forma livre.

4. Considerações finais

Na década de 1970, as ideias apontadas acima começam a vir ao primeiro plano do debate econômico e político. Em 1974, Friedrich von Hayek recebeu o Prêmio Nobel de Economia, por suas contribuições à teoria da moeda, das flutuações econômicas e pela análise da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais. O prêmio foi dividido, naquele ano, com Gunnar Myrdal (1898-1987), um economista sueco social-democrata e rival teórico de Hayek. Dois anos depois, sinal de mudança dos tempos, Milton Friedman foi agraciado sozinho com o mesmo Prêmio Nobel de Economia, por suas contribuições à teoria monetária e às complexidades das políticas de estabilização. Ou seja, vivíamos, naqueles meados dos anos 1970, um momento importante em que os teóricos neoliberais ganhavam prestígio e começavam a ter suas

ideias reconhecidas como significativas, justamente quando o Centro capitalista vivia uma crise importante de estagflação.

Nesse instante, nos parece, consolidava-se o pensamento neoliberal, prestes a ascender à hegemonia, em torno da defesa de quatro ideias-força, cada uma delas originadas prioritariamente de uma de suas correntes internas:

1. do Colóquio Walter Lippmann e de sua obra: noção de que os mercados competitivos são fundamentais para a organização de uma sociedade livre, mas estes precisam ser construídos política e institucionalmente, já que não são fruto da espontaneidade da natureza humana;
2. do pensamento da Escola Austríaca: ideia de que o mercado é a única instituição suficientemente eficiente para processar as informações econômicas fundamentais e garantir o bem-estar geral. O mercado também é insuperável em termos morais, já que é a expressão material e concreta da liberdade individual, que não é garantida na liberdade política e/ou democrática;
3. do pensamento dos ordoliberais: ao contrário do que imaginavam os liberais clássicos, e como já destacado por Lippmann, os mercados não são um dado natural, mas os ordoliberais avançam ao definir as características e o papel do Estado como protetor de mercados e como criador de políticas essenciais para construí-los, preservá-los e mesmo garantir formas de compensação às situações extremas;
4. do pensamento da Escola de Chicago: noção de que há uma superioridade técnica, moral e lógica do que é privado em relação ao que é público, sendo que as decisões fundamentais do universo do privado se dão na instituição mercado. E, portanto, cabe ao governo se adaptar e proteger as regras de mercados livres para preservar o universo do privado.

Em torno desses quatro princípios se organizou, a partir dos anos 1970 e 1980, a ascensão dos neoliberais ao poder político e social, alcançando a hegemonia naquele momento por meio da conquista, seja pela via autoritária ou eleitoral, de governos que fundamentaram suas políticas nas ideias até aqui debatidas. É nesse processo que o neoliberalismo se

torna uma era do capitalismo e que passa a se chocar com a formulação da democracia social constituída no pós-Segunda Guerra nos países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos, e com os projetos desenvolvimentistas das periferias. Tema para um próximo trabalho.

Referências

ANDRADE, D. P. de. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019.

BOAS, T.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, n. 2, p. 137-161, 2009.

BRAGG, B. “Between the Wars”. *Between the Wars (EP)*. London: Go! Discs, 1985 (3 min). [Letra disponível em: <<https://www.letras.mus.br/billy-bragg/309324/>>. Acesso em: 27 abr. 2025.]

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antide-mocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Paliteia, 2019.

BURGIN, A. *The Great Persuasion: reinventing free markets since the Depression*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu, 2020.

CLARKE, J. Living with/in and without neoliberalism. *Focaal*, v. 51, n. 1, p. 135-147, 2008.

CUSHION, S. Neoliberalismo e sindicatos na Grã-Bretanha. *Tempo Social*, v. 32, n. 1, p. 11-28, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EBENSTEIN, L. The increasingly libertarian Milton Friedman an ideological profile. *Economy Journal Watch*, v. 11, n. 1, p. 81-96, 2014.

FIGUEIREDO, T. S. P. de. Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago. *Leituras de Economia Política*, v. 15, p. 97-127, 2009.

FLECK, A. Notas sobre a crítica ao planejamento em *Law, legislation and liberty*, de F. A. von Hayek. *Dissertatio*, n. 48, p. 145-156, 2018.

FLECK, A. O que é neoliberalismo? Isto existe? *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 29, n. 59, p. 248-269, 2022.

FONTANA, J. El futuro de la historia económica. *História Econômica & História de Empresas*, v. 17 n. 1, p. 9-27, 2014.

FONTANA, J. *El siglo de la revolución: una historia del mundo desde 1914*. Barcelona: Crítica, 2017.

FRIEDMAN, M. Neo-Liberalism and its prospects. *Farmand*, p. 89-93, 17 Feb. 1951.

FRIEDMAN, M. *The great contraction, 1929-1933*. New Jersey: Princeton University Press, 2008 [1963].

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: LTC, 2019 [1962].

GALBRAITH, J. K. *1929, a grande crise*. São Paulo: Lafonte, 2010 [1955].

GONZALBO, F. E. *Historia mínima del neoliberalismo*. México DF: El Colegio de Mexico, 2015.

HAYEK, F. von. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INNSET, O. *Reinventing liberalism: the politics, philosophy and economics of early neoliberalism, 1920-1947*. New York: Springer, 2020.

JACOBS, M. The Uncertain Future of American Politics, 1940 to 1973. *In: FONER, E.; MCGIRR, L. (ed.). American history now*. Philadelphia: Temple University Press, 2011. p. 151-174.

LIPPMANN, W. *The Good Society*. London: Routledge, 2017 [1937].

MIROWSKI, P. Postface: Defining Neoliberalism. *In: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (ed.). The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2009. p. 417-456.

MISES, L. von. *Ação Humana: um tratado de economia*. 31. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010 [1949].

MONTECINOS, V. Neo-Liberal Economic Reforms and Women in Chile. *In: ASLANBEIGUI, N.; PRESSMAN, S.; SUMMERFIELD, G. (ed.). Women in the Age of Economic Transformation*. Oxfordshire: Routledge, 1994.

MONTECINOS, V.; MARKOFF, J (ed.). *Economists in the Americas*. Northampton: Edward Elgar, 2009.

NOFAL, S. As raízes históricas do neoliberalismo: origem e significado. *Revista Brasileira de Economia Política*, v. 43, n. 3, p. 576-591, 2023.

ONG, A. *Neoliberalism as exception*. Mutations in citizenship and sovereignty. London: Duke University Press, 2006.

ONG, A. Neoliberalism as a mobile technology. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 32, p. 3-8, 2007.

PLEHWE, D. Introduction. *In: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (ed.). The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2009. p. 1-44.

RIBEIRO, A. R.; CARVALHO, R. da; OREIRO, J. L. A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis? *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 4, p. 710-735, 2019.

RÖPKE, W. *Civitas Humana: a humane order of society*. London: William Hodge and Company, 1948.

SAES, F. A. M. de; SAES, A. M. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOTO, J. H. de. *A Escola Austríaca*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

THE MONT PÈLERIN SOCIETY. *Statement of Aims*. 8 abr. 1947. Disponível em: <<https://montpelerin.org/statement-of-aims/>>. Acesso em: 22 maio 2025.

VALDÉS, J. G. *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. *Economy and Society*, v. 44, n. 2, p. 165-187, 2015.